

CLIPPING IMPRESSO

06/03/2021



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1 - 5
1.2. VARA DA MULHER.....	6 - 16
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. INSTITUCIONAL.....	17 - 21
2.2. JUÍZES.....	22 - 23
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	24
3.2. AÇÕES TJMA.....	25
3.3. JUÍZES.....	26
3.4. VARA CRIMINAL.....	27 - 28

Fotos/ Divulgação

LOURIVAL SEREJO

O TORMENTO *de Santiago*



VIEGAS EDITORA



LOURIVAL

Serejo, autor de
"O Tormento
de Santiago"

A Inventiva Literatura de **Lourival Serejo**

Livro *O tormento de Santiago*, mais recente livro do autor, é uma obra que contempla todos os níveis de exigências estéticas-literárias

ALEX BRASIL
Especial para o Alternativo

Ezra Pound, considerado por muitos o Einstein da poesia universal, foi também um crítico literário genial e definiu literatura como sendo linguagem carregada de significados até o máximo grau possível, uma novidade que permanece novidade, uma juventude eterna e irreprimível.

Pois bem, a propósito dessa arguta observação do ensaísta Pound, quem lê *O tormento de Santiago*, o mais recente lançamento do poeta e escritor Lourival Serejo, não passa incólume a essa sensação de que estamos diante de um autor e obra em simbiose em todos os níveis de exigências estéticas-literárias, sem o mofo do modismo e do supérfluo.

Lourival Serejo, ele próprio de personalidade contida, beirando a timidez; a partir de um enredo minimalista, uma narrativa asséptica e uma descrição precisa (quase caricatural), constrói seu romance (ou novela, considerando-se o número de páginas) numa lâmina de tensão que faz o leitor pensar e deleitar-se pela urdidura do tema e pela forma exata do fazer literário.

É interessante notar em *O tormento de Santiago*, para além da ótima engenharia ou engenhosidade do Lourival Serejo em alinhavar os planos narrativos, des-

critivos e atorais, dando vida coerente ao mundo ficcional de sua obra (ou não, por indícios autobiográficos), que subjacentemente, no fluir da estória, nos deparamos com uma galeria de personagens riquíssimos em simbologias sobre o homem imperfeito na relação com o outro homem. São os juizes, dos quais, um julgará Santiago pelo seu crime.

Nessa confluência entre o tormento propriamente dito do personagem Santiago na expectativa de sua condenação ou castigo, com toda sua carga psicológica (outro fio condutor que o autor esgrima com mestria) e os tipos de magistrados, cirurgicamente desenhados por Lourival Serejo, o romance atinge sua densidade qualitativa admirável.

Constatamos, então, a partir desses planos (personagens, narrativa e descrição) em perfeita conexão, o exímio prosador Lourival Serejo a revelar-se em todo o seu talento literário sempre em evolução no panorama de nossa literatura de relevância nacional. Lourival revela-se um escritor com capacidade de síntese, imaginativo

e inventivo, tecendo a linguagem em consonância com sua sólida cultura literária sutilmente expressa

na intertextualidade da sua engenhosidade romanesca ou prosaica.

Portanto, em *O tormento de Santiago*, sob as habilidades e técnicas do competente e talentoso Lourival Serejo, sem detrimento da síntese, nos deparamos com múltiplas perspectivas de um romance multifacetado. Na abordagem existencialista e psicológica do protagonista Santiago, introspectando o seu crime e se angustiaando com a espera da sua condenação, e por fim aceitando qualquer pena como redenção de sua culpa. Na impressão de que a obra é policial, cujo investigador é o leitor, querendo saber qual o imperdoável crime do personagem e qual castigo ele merece. Num certo niilismo e realismo, por paradoxal que seja, na construção dos perfis dos juizes em que o autor atinge o seu paroxismo descritivo, modelando tipos de personalidades, provavelmente existentes à sua volta, já que Serejo é um magistrado; e aí está um dos pontos relevantes do romance. Na intertextualidade da narrativa que nos remete sublimi-

narmente a grandes autores a exemplo de Dostoiévski, Kafka ou John Grisham. Na construção de um romance aberto em que, no final, a imaginação do leitor fica em suspense...

Enfim, para os leitores, mesmos os mais distraídos, ao final de *O tormento de Santiago*, fica indelevelmente em seu cérebro uma multiplicidade de impressões sobre esse instigante romance de Lourival Serejo, cada vez mais depurado como escritor consciente do seu ofício, confirmando Ezra Pound quando diz que literatura permanente é aquela, cuja linguagem está carregada de significados. ●

Roda Viva

Maranhão Novo e de todos nós

Benedito Buzar bbbuzar@hotmail.com



Eliézer Moreira, advogado e membro da Academia Maranhense de Letras, escreveu um livro com o título de “Maranhão Novo: a saga de uma geração”, obra imperdível e necessária sobretudo para as novas gerações, mal informadas a respeito de um governo e de um governador, eleito em 1965, depois de uma campanha eleitoral vibrante e popular, levando de roldão um sistema de poder que dominou o Maranhão durante vinte anos, comandado pelo senador Vitorino Freire.

O governador autor dessa notável façanha política, chama-se José Sarney, jovem de 35 anos, que subiu as escadas do Palácio dos Leões em 31 de janeiro de 1966, para realizar um governo moderno, inovador e soterrar a arcaica e viciada estrutura econômica e social do Maranhão.

O livro de Eliézer reporta-se exclusivamente aos idos de 1966-1970, quando o governador José Sarney decide convocar um elenco de jovens, que vivia marginalizado dentro e fora do Estado, para se juntar a ele numa guerra pacífica mas indômita, para promover mudanças na máquina administrativa do Maranhão, que apresentava os piores índices de desenvolvimento e com uma população de milhões de analfabetos, desempregados e pobres.

Para materializar esse projeto de transformação, Sarney formou um grupo técnico de alta qualidade pessoal e moral, da estirpe de Bandeira Tribuzi, Nivaldo Macieira, Eliézer Moreira, Joaquim Itapary, Mário Leal, Darson e Edmilson Duarte, Cabral Marques, João Alberto, Miguel Nunes, Chico Batista, Alberto e Lourenço Vieira da Silva, José Reinaldo Tavares, Vicente Fialho, Roberto Macieira, Celso Lago, Manoel Dias e Mirtes Haickel, dentre outros, para fazer

“Com esse grupo de intelectuais e técnicos, o jovem governador pensou, planejou e executou projetos que mudaram radicalmente a estrutura econômica e social do Estado, fazendo o seu governo ser até hoje considerado como o mais importante e produtivo, pelas obras de infraestrutura construídas e pela mentalidade reformista.”

parte da sua Assessoria Técnica, depois transformada em Sudema - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão.

Com esse grupo de intelectuais e técnicos, o jovem governador pensou, planejou e executou projetos que mudaram radicalmente a estrutura econômica e social do Estado, fazendo o seu governo ser até hoje considerado como o mais importante e produtivo, pelas obras de infraestrutura construídas e pela mentalidade reformista.

Em carta a Eliézer, Sarney escreveu: “O seu livro é repleto de informações e é a única fonte de que podem se valer historiadores como ponto de referência, o que irá esclarecer muitos fatos, além de ser um repositório do pensamento de uma geração que mudou a História do Maranhão, que eu gosto de referir como a geração dos poetas, título que me apropriei egoisticamente como líder desse grupo, formado por uma equipe brilhante, dedicada e cheia de amor ao Maranhão, responsável pela sua preparação para ser um Estado desenvolvido, como hoje o é”.

Os estudiosos e pesquisadores procuram cotejar o Maranhão Novo com o Maranhão de todos nós, este, vindo à tona nas eleições de 2014 e 2018, sob o comando de um jovem político, culto, honesto e sagaz, chamado Flávio Dino, que se encontra na metade do segundo mandato,

mas sem conseguir convencer o eleitorado que nele votou de que a sua administração, ainda que bem-sucedida em alguns setores, não pode ser nivelada com a de Sarney, que chegou ao Palácio dos Leões há 55 anos, mas até hoje é lembrado como o melhor e o mais positivo do período republicano.

Diante, pois, desse quadro comparativo nada semelhante, até porque os tempos são outros e os problemas se diferem em magnitude, tudo leva a crer que a vantagem do governo Sarney sobre o de Dino, deve-se primordialmente à presença de um competente grupo de técnicos, a grande maioria no fulgor da juventude, que o assessorava e ocupava cargos de relevância no Estado.

Enquanto no Maranhão Novo os assessores de Sarney eram conhecidos e preparados para o cumprimento

das funções e ações delegadas pelo governador, no Maranhão de Todos Nós, os que exercem cargos de primeiro escalão, são praticamente desconhecidos da população, que não sabe se estão habilitados para o exercício de tarefas administrativas.

Apenas um exemplo: na gestão de Sarney, na área da Educação, sobressaíram-se as Escolas João de Barro, voltadas para alfabetização do ho-

mem rural, e os Ginásios Bandeirantes, destinados ao ensino secundário dos jovens do interior.

No governo de Flávio, a ênfase foi a construção das Escolas Dignas, com os requintes da modernidade e da força dos meios de comunicação, mas não conseguiram superar as vantagens das Escolas João de Barro e dos Ginásios Bandeirantes.

Discurso da estupidez

Na reunião do governador com os representantes dos três poderes e autoridades políticas e sanitárias, o desembargador Lourival Serejo lembrou que estamos enfrentando três grandes problemas nessa epidemia: a expansão do Covid-19 e suas variantes, o discurso da estupidez e o clamor da fome.

Ao referir-se ao discurso da estupidez, o presidente do TJ estava conectado à obra de Mauro Mendes Dias, que trata dessas vozes fanáticas e negacionistas.

Homenagem a Sarney

Quando a Academia Maranhense de Letras voltar a se reunir, no fim deste mês, o presidente Carlos Gaspar anunciará a homenagem ao decano da instituição, José Sarney.

A solenidade, com a presença do homenageado, faz parte das comemorações de seus noventa anos, completados em abril do ano passado.

Na homenagem serão lançados um livro e um filme sobre a vida po-

lítica e literária de Sarney, preparado e custeado pela AML.

Coroba e o coronavírus

O Covid-19 só estava esperando o prefeito Benedito Coroba assumir o cargo de prefeito para poder atacá-lo e junto com a população de Itapecuru.

Na primeira onda do Covid-19, os itapecuruenses não foram molestados pela doença, mas na segunda onda, o coronavírus não está livrando ninguém.

Um bom secretário

O novo secretário de Saúde da prefeitura de São Luís, Joel Nunes, era um ilustre desconhecido na cidade.

Pelo bom trabalho que vem realizando, depois de Eduardo Braide assumir o cargo de prefeito, vem conquistando os aplausos da população, que tem acompanhando com desusado interesse as ações postas em prática na cidade pelo incansável médico, com respeito à vacinação do povo.

Um trio que virou dupla

Até pouco tempo, três parlamentares federais do Maranhão - senador Roberto Rocha e os deputados Aluísio Mendes e Hildo Rocha - eram os queridinhos do presidente Jair Bolsonaro e dele conseguiam o que pediam.

Depois que o deputado Hildo Rocha não votou no deputado Artur Lira, candidato de Bolsonaro a presidente da Câmara Federal, caiu em desgraça no Palácio do Planalto.

Dono das Prefeituras

Depois do anúncio dos prefeitos eleitos, o deputado Josimar do Maranhãozinho encheu a cidade de São Luís de outdoors, declarando que "era dono de mais de quarenta prefeituras no Maranhão".

Não é por acaso que se diz aqui e alhures que o parlamentar ou pra parlamentar fez fortuna à base de recursos de prefeituras.



“Nós temos fechado o cerco para garantir proteção às mulheres, mas não é somente isto que resolve. Não é somente a punibilidade. É a educação nas escolas, a prevenção”

SUSAN LUCENA,
diretora da Casa da Mulher Brasileira

Dia da Mulher: 664 medidas protetivas foram solicitadas em apenas dois meses deste ano

Em 2020, foram expedidas 4.087 medidas de urgência; a Delegacia da Mulher registra, em média, 500 ocorrências por mês, sendo a ameaça o crime mais comum

BRUNA CASTELO BRANCO

Editora do Alternativo

BÁRBARA LAURIA

Da equipe de O Estado

Na próxima segunda-feira, 8, será celebrado o Dia Internacional da Mulher. A data, no entanto, pede uma reflexão, devido ao cenário de desigualdade em desfavor das mulheres, que ainda precisam vencer muitos obstáculos, sendo o principal deles a violência.

Somente nos dois primeiros meses deste ano, oito feminicídios foram registrados no Maranhão. Em apenas dois meses, 664 medidas protetivas de urgência foram expedidas, solicitadas por mulheres com o intuito de romperem um ciclo de agressões.

O levantamento feito pela Delegacia Especial da Mulher (DEM) refere-se aos meses de janeiro e fevereiro deste ano. Em dados mensais, em janeiro foram expedidas 392 medidas e em fevereiro, a Delegacia contabilizou 272 pedidos. Ainda nos dois primeiros meses do ano, foram registradas 77 prisões, 989 boletins de ocorrência e 263 inquéritos instaurados.

Além das medidas protetivas, os números de violência contra a mulher são elevados no Maranhão. A estimativa é que, por mês, os registros na DEM somem mais de 500.

Ano passado, foram expedidas 4.087 medidas e registradas 5.979 ocorrências, considerando os pedidos on-line e presenciais. Das ocorrências, as mais comuns são ameaças, que correspondem a 2.726 casos. Os casos de lesão corporal

chegam a 999. O número de estupro é 72 e o de feminicídios, 60. Foram registradas, ainda, 518 prisões e 201 descumprimentos de medidas protetivas.

Segundo a delegada Kazumi Tanaka, titular da DEM, apesar dos números elevados, durante o isolamento social causado pela pandemia, foi observado um número de subnotificação, justificado pelo fato de as mulheres, em muitos casos, estarem isoladas com o possível agressor.

“Fomos acompanhando, mês a mês, como é que estava se passando aqui no Brasil, porque nos outros países teve aquele boom de violência contra a mulher. Aqui, caiu o número de registro e de medidas protetivas de urgência. À medida em que as coisas foram se restabelecendo, ficou no mesmo patamar do ano anterior. Tivemos um aumento no número de feminicídios, em 2019, foram 51 casos e 2020 fechou com 60. A grande maioria dessas mulheres não pediu ajuda para o Estado em momento algum”, frisou.

Kazumi Tanaka ressaltou que é possível fazer a denúncia online e, também, por meio do aplicativo Salve Maria, que já está em funcionamento na Região Metropolitana de São Luís e será implantado em Imperatriz neste mês. Por meio dele, é possível agilizar a denúncia, bastando dois cliques, um no botão de segurança e outro para a confirmação. “Depois disso, cai um chamado

sonoro no Ciops, que identifica ser do Salve Maria. Em seguida, o CIOPS envia uma viatura com prioridade zero [mesma prioridade de um homicídio]. O aplicativo tem georreferenciamento e localiza de onde foi feita a chamada, ou seja, de qualquer dos municípios da Ilha de São Luís”, destaca.

Violência psicológica

Para a delegada Kazumi Tanaka, a violência doméstica tem um impacto complexo, que vai além das agressões físicas.

“Em função de uma série de violências psicológicas que afetam a vida da mulher fazem com que ela desenvolva doenças psicossomáticas e ideais suicidas, levando ao cometimento desse tipo de prática. A violência psicológica maltrata mais que a violência física”, destaca.

Segundo Tanaka, não existe um perfil da violência doméstica e acontece em todas as classes sociais, como é, também, difícil identificar o perfil de um agressor. “Quando a gente lança no nosso imaginário a ideia de um crime, a gente traça logo o perfil do que seja um criminoso, a maneira ele deveria atuar, de que ele é ruim o tempo todo e não é. Quem está praticando o crime é teu colega de faculdade, que é gente boa, mas no relacionamento com a namorada dele é totalmente abusivo. O agressor não é o vilão o tempo todo. É aquele que bate, humilha e constrange, mas no outro dia diz que ela é a mulher da vida dele”, avalia.

“É preciso educação”

Diretora da Casa da Mulher Brasileira destaca avanços nas ações estratégicas, mas observa que a violência precisa ser combatida com conscientização social

No Maranhão, ações estratégicas são desenvolvidas. A Casa da Mulher Brasileira, em São Luís, e a Casa da Mulher Maranhense, em Imperatriz, por exemplo, foram criadas para oferecer atendimento humanizado a essas mulheres, que chegam geralmente machucadas e confusas.

A Casa da Mulher Brasileira agrega órgãos de proteção, como Defensoria Pública, Ministério Público, Patrulha Maria da Penha e Centro de Referência de Atendimento. Além disso, oferece brinquedoteca, biblioteca e cursos de capacitação, onde são trabalhadas questões de empoderamento e autoestima. O alojamento de passagem, reservado para receber vítimas de forma provisória, já abrigou, de 2019 até fevereiro deste ano, 378 pessoas, entre mu-



Divulgação/Bárbara Lauria

lheres e seus dependentes.

De acordo com a diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan

Lucena, o espaço trabalha a prevenção. “A Casa da Mulher Brasileira trabalha a punição de quem

já cometeu os crimes, mas, também, prevenção e medidas protetivas de urgência. Há, ainda, a Patrulha Maria da Pena, o aplicativo Salve Maria, a tornozeleira, alojamento de passagem e mecanismos de segurança para a mulher. Até 2018, o homem descumpria e não havia penalidade para isso. A lei que criminalizou o descumprimento da medida protetiva de urgência foi criada em 4 de abril de 2018”, explica.

Na avaliação da diretora da Casa, a prevenção precisa passar por estratégias de educação. “Nós temos fechado o cerco para garantir proteção às mulheres, mas não é somente isto que resolve. Não é somente a punibilidade. É a educação nas escolas, a prevenção. É preciso fazer com que os homens repensem a masculinidade tóxica. Nós precisamos discutir os relacionamentos saudáveis, a comunicação não-violenta”.

A diretora da Casa da Mulher Brasileira acredita que, apesar dos desafios, há avanços que precisam ser considerados, a exemplo da Lei de Crime de Importunação Se-

DENUNCIE

A Casa da Mulher Brasileira funciona 24 horas, na Avenida Prof. Carlos Cunha, no bairro Jaracati. Telefone:

(98) 3198-0100

xual, aprovada em setembro de 2019. “Antes, era contravenção penal chamada de importunação ofensiva ao pudor e a pena era multa. Hoje, é uma pena mais alta do que a Lei Maria da Penha”, pontua.

Sinais de alerta

Os casos de violência acontecem de diversas maneiras e em uma escalada gradativa: uma palavra ofensiva, um comentário desagradável sobre o corpo (disfarçado de brincadeira), uma crítica acerca da capacidade intelectual, ao comportamento, um empurrão, tapa e, nos casos mais graves, assassinato.

Lucena afirma que os abusos começam de forma sutil e que

podem ser confundidos com proteção. “Quando o cara começa a cercar suas amizades, isso não é cuidado. Ele vai criando um terreno fértil para o relacionamento abusivo, de afastar da família, dos amigos, muda a forma de agir, os lugares que a pessoa frequenta, as roupas que a mulher usa. Muitas vezes, a mulher vai se adequando à vida do homem. Nessa adequação, ela perde um pouco de si para agradar ao outro, abrindo mão do que é seu e se anular na relação. Até que a gente compreenda o que é relacionamento abusivo, já passou por vários, sem perceber”, observa.

Ainda são raros os casos de registros de ocorrência de abusos psicológicos. Na maior parte das vezes, a mulher releva com a esperança de que a situação mude e acabe passando pelos estágios de violência, que vai da agressão verbal, física a estágios classificados como espirais de violência, pois, a cada momento, aumentam de intensidade.

Continua em Cidades 2

Divulgação/Bárbara Lauria



DELEGADA
Kazumi
Tanaka, titular
da Delegacia
Especial da
Mulher

ABRINDO O JOGO - NAYRA MONTEIRO - SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER

Falta de apoio é um dos principais obstáculos para denúncia, aponta Nayra Monteiro

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) está promovendo a campanha “Março Mulher – De onde eu estiver, ajudo uma mulher” (programação disponível no site da Secretaria da Mulher). Contudo, as ações que visam à independência da

mulher e o combate a violência ainda são um desafio na Zona Rural do Maranhão. Sobre esse assunto, a Secretária da Semu, Nayra Monteiro, conversou com **O Estado** sobre as medidas que estão sendo realizadas, principalmente durante a pandemia da Covid-19.

Quais são os desafios para conseguir levar a informação aos 217 municípios do Maranhão e conseguir conscientizar a mulher sobre seus direitos?

São muitos desafios, e não só enquanto a aplicação da política para a mulher, mas também enquanto desenvolvimento para a sociedade. Aqui na Secretaria, desde o início da pandemia, estávamos pensando de que forma acessar essas mulheres, falávamos muito em lives, serviços online, mas, e as mulheres do campo? E as mulheres da zona rural? Como a gente vai atingir essas mulheres? Temos um instrumento chamado Ônibus Lilás. É uma conquista da Marcha das Margaridas. Ele é exclusivo para as comunidades ribeirinhas rurais. Vamos com esse ônibus para as comunidades e fazemos atendimento com essas mulheres, com o foco na violência. Levamos serviços, tanto palestras e informações, quanto o atendimento voltado para elas, como a ouvidoria, serviços psicossociais. Mandamos, inclusive, psicólogas para fazerem esse atendimento com essas mulheres de maior difícil acesso. Além disso, nesse

momento de pandemia, usamos muito as rádios comunitárias locais. Fizemos as campanhas e pedimos que nossas gestoras municipais fossem nas rádios para falar com as mulheres.

Como tem feito, durante a pandemia, para abrigar mulheres da zona rural que precisam logo sair de casa, para evitar uma violência maior, e não tem para onde ir?

A gente possui, no Brasil, uma política nacional de abrigo. Em São Luís, temos a Casa Abrigo, mantida pelo Tribunal de Justiça, e o alojamento de passagem na Casa da Mulher Brasileira. Já aconteceu de, por exemplo, em um município, a mulher sofrendo risco de vida, e a secretária municipal do lugar entrar em contato com a gente para trazermos essa mulher para São Luís, e abrigarmos no Alojamento de Passagem, até que a medida protetiva saísse e ela estivesse em segurança, e de lá, essa mulher é levada para Casa Abrigo, que não divulgamos o endereço, por questões de segurança. Por isso, é importante um contato direto com os municípios. Temos também o aluguel social Maria da Penha, supre essa necessidade. Só que ele tem seus

requisitos e a medida protetiva tem que já estar deferida. Então, a mulher que não tem condições de pagar, que obedece determinados critérios legais, tem direito a receber R\$ 600,00 por um ano, até que ela tenha condições de se abrigar. E esse valor, é para pagar despesas de aluguel, condomínio, contas dessa natureza. Nós temos esse aluguel como uma medida de tentar amenizar essa situação. **Na sua avaliação, a maioria das mulheres ainda deixam de denunciar pela desinformação, por achar que aquilo não é violência, ou pela dependência financeira?**

É um conjunto de fatores, na realidade. Às vezes ela deixa de denunciar por vergonha, por medo de ser julgada pelo seu ciclo de amigos. Hoje em dia temos mais credibilidade nas instituições, de que realmente agora os serviços funcionam, que tem a atuação em rede. Por exemplo, no Maranhão temos a patrulha, em que a mulher sabe que se denunciar será protegida. Eu considero isso um avanço. **Ainda há muito uso de termos como “crime passionai” ou defesa de honra?**

Há ainda, dentro das atuações, por exemplo, do criminal do júri, legítima defesa da honra. Isso

ainda hoje é levantado. E a gente precisa fazer uma atuação dentro dessas instituições, porque elas são formadas majoritariamente por homens. Nós somos uma sociedade estruturalmente formada e criada para isso, para perpetuar essas diferenças.

Com esse auxílio, há como avaliar se aumentou o número de denúncias? De mulheres que estão rompendo esse ciclo de violência?

A gente nunca faz a análise de uma única questão. Por exemplo, a violência aumentou na pandemia? Mas, vamos analisar quais dados? Os da saúde? Porque muitas dessas mulheres não denunciam, mas aparecem machucadas e recorrem ao sistema de saúde. Os dados são muito complexos e, por isso, é muito complicado analisar um único dado como determinante da violência ou da não aceitação, porque são um conjunto de fatores. Estamos em um momento de pandemia em que, agora, nós temos dois grandes problemas, além do avanço da doença, é a questão econômica e a questão psicológica. Por isso eu não falo de apenas um fator determinante, pois se existisse nós atuaríamos nele e as coisas melhorariam.

Ressocialização de mulheres em situação de rua e dependentes

Atualmente, 49 mulheres fazem parte do programa de ressocialização no CAPS

À margem da sociedade, muitas mulheres que estão em situação de rua ou são dependentes químicas, são estigmatizadas pela sociedade, e estão mais sujeitas a violências por não serem vistas e tratadas como humanas. Vulnerabilizadas, muitas dessas mulheres precisam apenas de um suporte, apoio, e tratamento adequado para passarem pelo processo de ressocialização. E é pensando nesse projeto, que o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPS AD) mantém um projeto voltado apenas para o resgate e atendimento dessas mulheres que estão em situação de risco e vulnerabilidade.

Maria da Conceição Carvalho começou a fazer uso de substâncias aos 22 anos, entre recaídas ao longo da vida, ao chegar aos 40 anos se rendeu ao vício. Ela chegou a praticar atividades ilícitas para sobreviver. Mas com a ajuda do seu sobrinho, que é presidente de um Centro de Atendimento Psicossocial em Goiás, decidiu encontrar ajuda na CAPS AD de São Luís, onde atualmente, comemora sete meses de reabilitação e participa de aulas de profissionalização.

“Eu comecei mesmo a usar drogas com 22 anos, mas sempre que eu tentava parar tinha recaídas, e aí, quando fiz 40 anos eu voltei. Cheguei a morar em bocas e fiz coi-

sas que me arrependo, mas cheguei num ponto que percebi que isso não era pra mim, e decidi receber ajuda do meu primo. Ele sempre conversava comigo e eu dizia que não queria, mas vi que aquilo não era vida. Quando eu cheguei aqui já fui bem recebida por uma psicóloga, e no mesmo dia eu já estava alojada”, relata.

O projeto conta com uma equipe de psicólogas, médicas, enfermeiras e assistentes sociais, todas mulheres, para acolher e dar suporte a essas mulheres que foram, muitas vezes, expostas à violência durante a dependência química e enquanto estavam em situação de rua. Apenas em 2021, o CAPS AD já atendeu uma demanda de 95 mulheres, e dessas, atualmente, 49 estão fazendo parte do acompanhamento.

“Durante o processo de acompanhamento são feitos grupos psicoterapêuticos específicos para as mulheres, uma vez que sabemos que as mulheres têm dificuldade de falar de seus problemas e de suas situações, que levaram a esse momento que elas estão vivendo, na frente de homens, pois muitas vezes eles foram desencadeados por fatores de violências anteriores”, explicou o diretor do Centro, Marcelo Costa. ●

Íntegra em oestadoma.com/498146

laços com parentes e passou a viver no local onde trabalhava. Com o tempo, virou garçoneiro e nas pensões onde os programas ocorriam, limpava os quartos. “Eu saí porque já estava cansada e comecei a trabalhar como vendedora ambulante, aí pensei que não dava mais para mim, não”, lembra.

Ela afirma que nunca sofreu violência física, mas violências verbais ainda são mágoas profundas. De cliente, ela lembra de ter ouvido palavras desagradáveis apenas uma vez, mas ouvia sempre nas ruas. “Mototaxistas me chamavam de baleia. Às vezes eu via eles chamando as meninas de ‘olha lá a putinha’. A mulher não está lá porque quer, ela precisa. É um meio de sustentar a família. Eu acho isso muito feio”, observa.

Dos três filhos que teve, Etienne das Mercês diz ter contato apenas com a primeira, que mora em Brasília. No começo da conversa, ela afirmou que a criança foi doada na maternidade, depois diz que a jovem, de 22 anos, morava com a avó e hoje mora com uma tia. Os outros filhos têm 21 anos e 20 anos.

Conscientização

Apesar do silêncio das vítimas há diversas ações focadas na conscientização sobre a importância dessa denúncia. A delegada Kazumi Tanaka, titular da Delegacia Especial da Mulher (DEM) relembra algumas ações que já foram feitas em bares na região do centro.

“Enquanto rede, já fizemos algumas ações nos bares. Sempre que se tem algum evento, nós estamos participando, conscientizando”, frisa a delegada Kazumi Tanaka, que também pontua sobre o preconceito.

“Quando a pessoa quer xingar outra, usa o termo prostituta, elas são os xingamentos na boca do homem quando quer xingar uma mulher. Como se elas não fossem humanas, como se fossem subumanas e aceitando qualquer tipo de xingamento violento e desumano. Todo evento que se faz, nós sempre estamos presentes, sempre frisando que a delegacia está de portas abertas para elas”, destaca.

Pandemia

Agora, com a pandemia do Coronavírus, quando muitas tiveram dificuldades de continuar trabalhando, diversos medos e preocupações foram instalados, como não conseguir pagar as contas, se contaminar, levar a doença para alguém querido que depende financeiramente delas.

Segundo Dona Jesus, o longo período da pandemia foi de conscientizar as associadas sobre as medidas básicas de segurança, como uso de máscaras, álcool em gel, mas há um problema. Como manter o distanciamento do cliente se o trabalho exige que ela vá para a cama com ele? “O momento é complicado, mesmo para quem não vivia em vulnerabilidade. Para elas é complicado, mesmo usando máscaras. As que precisam trabalhar não tem como manter o distanciamento desse cliente”, pontua.

Ela fala que as mulheres não recebem auxílio emergencial, muitas deixaram de trabalhar, outras precisaram se arriscar. Criar uma ouvidoria para entender o drama dessas mulheres é uma das ações do Grupo Por Elas Empoderadas. “A pandemia foi muito cruel, estamos buscando entender como elas estão, para de alguma forma tentar ajudar com cestas básicas”, observa.

De Jesus



É no Bar Meu Bem que as profissionais do sexo podem se divertir, conversar ou apenas descansar; lá **O Estado** encontrou Etiene das Mercês

A incerteza e o medo da violência em cada esquina da cidade

Invisíveis na sociedade, alvo até de xingamentos, profissionais do sexo relatam suas experiências com a violência e as incertezas da pandemia

BRUNA CASTELO BRANCO

Editora do Alternativo

BÁRBARA LAURIA

Da equipe de O Estado

Em paralelo às lutas, muitas mulheres vivem em situação de vulnerabilidade social, tendo as ruas como o local onde podem ganhar o sustento. As profissionais do sexo vivem à mercê do desconhecido, preparando-se todos os dias para não saber o que vão encontrar a cada programa.

No Centro Histórico de São Luís e suas ruas com casarões centenários, profissionais do sexo fazem parte do cotidiano e, por trás do conceito de boemia que moldou o imaginário popular, naquelas ruas, silêncios e medo fazem parte da vida dessas mulheres. O Estado tentou conversar com algumas que ainda estão em atividades, mas, encontrou resistência; grande parte delas, trabalham sem que seus familiares saibam. Algumas dizem que são diaristas, mas, garantem o sustento da família por meio dos programas, que, no Centro Histórico acontecem, principalmente, durante o dia.

As únicas que tiveram coragem de falar sobre o tema, são mulheres que atuam para garantir uma rede de apoio. É o caso de Maria de Jesus Almeida Costa, conhecida como Dona Jesus, que integra o grupo Por Elas Empoderadas.

O grupo já cadastrou cerca de 100 mulheres que atuam no Centro, São Cristóvão, João de Deus, Olho d'Água e Avenida Guajajara, e esse mapeamento serve para auxiliá-las com

orientação sexual, fornecimento de preservativos e, agora, com a pandemia, busca de auxílio de sustento para aquelas famílias.

As reuniões do grupo geralmente acontecem no Bar Meu Bem, que existe há 20 anos, comandado por Socorro Sena, que assumiu o empreendimento após a morte do seu esposo, há cinco anos. O local é um espaço onde as mulheres se sentem confortáveis para definir suas ações e também local de amizade. "As meninas moram aqui perto, elas me ajudam também. Aqui eu nunca estou só. Elas sentam aqui, tomam café, a gente almoça. As meninas aparecem também, trazem os amigos, tomam uma cervejinha e a gente vai levando", narra com bom humor e sempre utilizando a expressão que dá nome ao bar.

Dona Jesus é coordenadora da Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (Aprosma) e conta que a violência faz parte da vida daquelas mulheres, em diferentes formas: física, sexual e verbal. "As pessoas discriminam com a palavra, usando termos pejorativos, como a expressão filho da p... para falar que uma pessoa não vale nada. É um diálogo violento", afirma.

Ao ser questionada sobre a violência física e sexual, Dona Jesus frisa que, geralmente ficam dentro do quarto. O silêncio das vítimas tem motivos: muitas têm medo de se expor, não tem referências para identificar o agressor e temem represálias, caso esse homem seja identificado. "Elas não sabem como encontrar esse homem depois. Há muitos casos. Outro dia um homem dopou uma menina, quase matou e depois foi embora", conta.

Fora das ruas

Com 43 anos, a vendedora ambulante Etiene das Mercês, deixou de ser profissional do sexo, quando tinha 39 anos. Ela também faz parte do Grupo Elas Empoderadas. Os problemas financeiros a levaram àquela situação. Ela morava com a avó, que faleceu. Sem muito dinheiro e, por intermédio de uma amiga, conheceu a Rua Oscar Frota, um dos pontos de prostituição do centro de São Luís.

O tempo que ela ficou por lá é impreciso, às vezes, diz que foram cinco anos, mas depois diz que a avó faleceu em 1998, ela engravidou, doou sua filha na porta da maternidade, quatro meses depois, uma nova gravidez, o filho ficou com uma tia e depois foi dado a uma família no interior.

Pelas necessidades financeiras, começou a se prostituir, rompeu os

MULHER

Grito por educação e contra a violência

Casa da Mulher Brasileira destaca avanços nas ações estratégicas, mas observa que a violência precisa ser combatida com conscientização social. CIDADES 1 E 2

77

PRISÕES

registradas nos dois primeiros
meses deste ano pela
Delegacia Especial da Mulher

989

BOLETINS

de ocorrência foram registrados
por mulheres nos dois primeiros
meses deste ano, na DEM

664

MEDIDAS

protetivas foram solicitadas
por mulheres em apenas dois
meses deste ano

FEMINICÍDIO

STF julga uso de "legítima defesa da honra"



DIAS TOFFOLI CONCEDEU UMA LIMINAR EM QUE AFIRMA SER INCONSTITUCIONAL USO DE ARGUMENTO A DEFESA DA HONRA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar nesta sexta-feira (5) se impede o uso da tese de "legítima defesa da honra" por advogados em casos de feminicídio julgados pelo tribunal do júri.

Na semana passada, o ministro Dias Toffoli concedeu uma liminar (decisão provisória) em que afirma ser inconstitucional que advogados usem como argumento a defesa da honra. Na decisão, ele escreveu que esse recurso argumentativo é "odioso, desumano e cruel", pois visa "imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões".

Agora, os demais ministros do Supremo julgam se confirmam a liminar. O julgamento é realizado no plenário virtual, ambiente digital em que há um prazo para que os votos sejam publicados na página da Corte. Nesse caso, o fim está marcado para as 00h59 de 12 de março. Até o momento, apenas Toffoli, relator, votou.

Até o fim do prazo, a análise pode

ser interrompida por um pedido de vista (mais tempo de análise) ou de destaque, que remete o caso para julgamento em plenário físico, cujas sessões estão sendo realizadas por videoconferência, em decorrência da pandemia de covid-19. Ainda assim, a expectativa é que seja confirmada a decisão de Toffoli.

Argumento

A tese da "legítima defesa da honra" foi questionada no Supremo pelo PDT, em uma ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Apesar de não estar prevista no ordenamento jurídico brasileiro, o partido alega que tal tese, a que chamou de "nefasta", tem sido suscitada por advogados em tribunais do júri, tendo como escudo a chamada plenitude de defesa.

Pelas Constituição, perante o júri o advogado tem a plenitude de defesa. Tal direito é mais abrangente que a ampla defesa, e permite ao defensor

lançar mão de todos os meios possíveis para convencer os jurados pela absolvição, mesmo que isso inclua argumentos não jurídicos, entre eles os de natureza moral, por exemplo.

Para Toffoli, contudo, uma interpretação sistemática da Constituição leva à conclusão de que a "legítima defesa da honra" não é uma tese protegida pela plenitude de defesa, pois viola outros princípios constitucionais, como o da dignidade humana. Caso esse tipo de argumento seja utilizado pelo advogado em casos de feminicídio, isso resulta numa nulidade processual, o que pode inviabilizar a sentença, decidiu o ministro.

Em sustentação oral, o advogado-geral da União, José Levi, também se manifestou no sentido de que o Supremo proíba a utilização da defesa da honra, "um artifício anacrônico e odioso que vulgariza, banaliza e torna impune uma prática nefasta, qual seja, a violência contra a mulher", disse ele.

À
frente

Tatiana Costa

Conheça Tatiana, a presidente da Comissão da Mulher e da Advogada da OAB Maranhão

O dia da mulher é celebrado internacionalmente dia 08 de março. A luta da mulher na busca pela ocupação de espaços, no poder e por igualdade é uma realidade que vem se evidenciando a cada dia em nossa sociedade. Na defesa dessa luta constante por igualdade para as Mulheres, a OAB Maranhão é uma das entidades que tem buscado atender os interesses do público feminino e oportunizar espaço de maneira igual para todos.

Na entrevista abaixo, a advogada, master coach, Presidente da Comissão da Mulher e da Advogada da OAB Maranhão, líder do Comitê de Políticas Públicas do Mulheres do Brasil no Maranhão e Coordenadora do Observatório de Candidaturas Femininas, Tatiana Costa, fala um pouco mais sobre os avanços e conquistas da mulher ao longo dos anos, esse novo cenário dentro da Ordem e ainda das atividades em celebração ao Mês da Mulher. Confira a entrevista.

O Imparcial – Muito se fala da ocupação de espaço e de poder pela mulher como você analisa o cenário

atual da participação feminina nesses espaços?

Tatiana Costa – Já avançamos bastante, porém precisamos buscar mais. A mulher só conseguiu o direito ao voto em 1932, ou seja, apenas há 89 anos a sociedade brasileira passou a lidar com a mulher também ocupando o espaço público da política. Hoje as leis e as instituições, como o próprio TSE, estimulam as candidaturas femininas. Com o tempo, evoluímos. Esse direito de participação política foi negado e hoje é estimulado, porém há muitas barreiras a serem vencidas, como, por exemplo, as candidaturas femininas laranjas.

Em nosso Estado, hoje temos uma boa notícia, a ALEMA tem a maior bancada feminina da história do Maranhão, com 10 deputadas. Temos uma Vice-Prefeita eleita na capital do Estado e na Câmara Municipal contamos com 5 vereadoras. Precisamos celebrar cada conquista, mas continuar estimulando e lutando para garantir a plena igualdade e representatividade entre homens e mulheres no meio político.

O Imparcial – A mulher representa 51,8% da população, chefia 45% dos lares e ainda ganha 20,5% menos que os /homens. A que se deve essa situação ainda hoje, em pleno século 21?

Tatiana Costa - Todas essas diferenças em relação ao tratamento dispensado à mulher têm a mesma razão: a sociedade patriarcal em que nos fundamos. Por séculos, o homem foi visto como único provedor da casa, mas o cenário mudou muito nos últimos anos, a mulher assumiu diversas funções, ocupou posições de destaque nas diversas esferas, mas economicamente ainda não existe equiparação com as remunerações masculinas ao realizar uma mesma atividade. Entendo que as diferenças salariais podem existir em virtude de inúmeros critérios, mas a posição discriminatória é que se apresenta como um problema.

A visão de que o trabalho feminino é inferior ao do homem. Outro ponto que contribui para esse cenário é a posição machista velada do mercado empregador, que enxerga a maternidade como um fator limitante do exercício do trabalho.

O Imparcial – E na OAB, há hoje esta efetivação da participação feminina nos cargos de poder dentro da Ordem?

Tatiana Costa - Sim, na OAB/MA desde a primeira gestão do Dr. Thiago Diaz, foi assegurado às mulheres advogadas espaço para ocupação em vários cargos de liderança. Atualmente, existem duas diretoras na seccional, temos 5 mulheres presidindo subseções, inclusive, da maior subseção que é Imperatriz) além dela Bacabal, Timon, Santa Inês e Grajaú são presididas por mulheres. A vice-diretoria da Escola Superior da Advocacia é de responsabilidade de uma mulher, tendo mais 2 mulheres na direção da Caixa de Assistência, 2 Conselheiras Federais, 18 conselheiras estaduais e mais de 20 mulheres em cargos de direção das comissões. Muito antes de ser obrigatória a inclusão de 50% de mulheres nos cargos da Ordem, até mesmo quando a quota de 30% para o gênero não era obrigatória, na OAB, Seccional MA, as advogadas tiveram e têm espaço nos principais cargos da entidade.

No âmbito nacional, acredito que nós mulheres precisamos avançar mais e ocupar os espaços que nos são de direito. Não podemos mais ficar relegadas a cargos secundários ou aceitar postos de mera composição. Atualmente, temos apenas uma mulher presidindo uma das Seccionais do Brasil, que é a da OAB do Amazonas e que assumiu o cargo após a saída do presidente eleito.

O Imparcial - Quais são as mudanças que a entidade quer fazer internamente?

Tatiana Costa - Com toda certeza, a Ordem caminha junto com a urgente necessidade de igualdade de direitos, com a valorização da mulher nos espaços públicos e não mede esforços para ter mais mulheres na gestão da instituição, assim, visa ter ainda mais mulheres em cargos

de destaques, mostrando a relevância do trabalho da mulher nos espaços públicos, por meio de apoio às atividades e objetivos da comissão e destacando a presença de cada vez mais advogadas na gestão. Vale citar aqui, que no final do ano passado o Conselho Federal aprovou a paridade de gêneros para as eleições deste ano, isto quer dizer que teremos igualdade na composição de chapas da Ordem para diretoria do Conselho Seccional e Conselho Federal.

O Imparcial – A violência contra a mulher é uma realidade em nosso país, e em nosso estado não é diferente. De janeiro a dezembro de 2020, segundo dados da SSP/MA, o Maranhão registrou 60 casos de feminicídio. Como combater essa chaga que tem vitimado muitas mulheres no Brasil e aqui?

Tatiana Costa - A prevenção da violência requer toda uma transformação social, que passa pelo processo de educação e conscientização da sociedade e das vítimas e, também, pela punição dos agressores. A sociedade precisa estar atenta às situações que ocorrem, bem como precisa difundir a responsabilidade de cada cidadão para evitar que situações de violência aconteçam ou se propaguem. A mulher precisa entender as formas de agressão, saber quais são os seus direitos e os canais de denúncia; o agressor precisa se enxergar como agressor, saber que suas práticas são crime e que serão punidas como tal. Para o futuro, precisamos educar nossas crianças e adolescentes, tanto meninas quanto meninos, para tomar consciência desse cenário, entendendo a importância do respeito à mulher e suas decisões.

Por isso, como é parte do trabalho da CMA, durante todo o mês de março, nós vamos enfatizar a divulgação dos tipos de violência, dos canais de denúncia e de como a mulher pode buscar ajuda a pessoas próximas para se libertar de situações dessa natureza.

O Imparcial – O que a OAB Maranhão preparou para este mês como forma de celebrar o Mês da Mulher?

Tatiana Costa – Havíamos programado toda uma agenda de atividades que seriam executadas aqui na Sede e nas 17 Subseções da Ordem por meio da Campanha “Cada mulher tem sua luta, faz seu caminho e merece respeito”. Mas, em função do agravamento da crise do coronavírus em nosso Estado e por conta do mais novo decreto estadual, que restringe a realização de eventos presenciais, tivemos que rever a nossa programação e torná-la adaptada para realização virtual

O Imparcial – Qual o objetivo dessa campanha?

Tatiana Costa - É destacar, ao longo de todo o mês de março, a ampliação da atuação da mulher dentro da advocacia e da sociedade nos últimos anos, bem como abordar a importância dos três pilares - força, valor e autonomia - para que as mulheres se reconheçam enquanto agentes de sua própria história, na luta por mais direitos e ocupação de espaços sociais. Além disso, a campanha também abrirá um alerta para a violência contra a mulher que, infelizmente, ainda é vivida por boa parte da

população feminina e deve ser denunciada.

O Imparcial - O que a campanha prevê?

Tatiana Costa – Nossa campanha prevê dentre outras atividades, uma roda de conversa com o legislativo do Estado para apresentação de projetos de Lei e diálogo institucional sobre ampliação dos direitos femininos, vacinação em nosso estado e promoção de ações sociais em favor de instituições que apoiam mulheres vítimas de violência. Mas, em virtude do novo decreto estadual, vamos remarcar para tão logo seja possível possamos levar as ideias de projetos apresentadas pelas integrantes das CMAs de todo o Estado, e que também serão apresentadas ao Poder Judiciário.

A campanha já está nas ruas, nos meios on-line (site e redes sociais), reforçando os conceitos FORÇA, VALOR e AUTONOMIA e sua importância para a mulher conquistar os espaços e os objetivos que desejar. Veicularemos também diversos conteúdos por meio de outdoors, rádio, backbus, filmes para redes sociais, banners para sites e cartazes para distribuição em órgãos públicos e tribunais para conscientização sobre a violência contra mulher e como combatê-la.





Impossível está ao alcance da limitação

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito

Impossível está ao alcance da limitação

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Existe uma coisa que sempre intrigou a humanidade ao longo de toda a sua história. Grandes períodos ficaram marcados por crenças limitantes que impediam a sociedade de enxergar além de um palmo a frente dos padrões estabelecidos e aceitos por todos como absolutos.

Por longos anos, em épocas distintas, a ousadia era algo guardado a sete chaves por muitos daqueles que posteriormente foram vistos como revolucionários. A história presenciou assassinatos às escuras, enforcamentos em praças públicas, retratações forçadas para desdizer o dito que era verdade, mas que abalava a estrutura de toda uma sociedade.

Mas a humanidade evoluiu. A era da terra plana ficou para trás, rompendo-se com o status quo e com um sem número de tabus que foram quebrados e crenças desmistificadas.

A inteligência descobriu fórmulas e equações que deram vida a engenho-

sidades magníficas. A prensa móvel permitiu uma verdadeira revolução, ampliando a capacidade de levar o conhecimento a milhões de pessoas. O impossível passava a ser apenas como um ponto longínquo no retrovisor.

Enormes embarcações cruzavam oceanos, toneladas de aço passaram a cruzar os céus, foguetes levaram o homem até a lua. Quem disse que um certo operário chegaria à Presidência da República? Mas lá estava ele subindo uma certa rampa.

Vemos barreiras do impossível serem derrubadas todos os dias em nosso cotidiano. O pequeno time, que muitos pensavam não ganharia, realizou grande feito e calou um estádio lotado. Por falar em futebol, o que dizer de um pretinho magrelo que silenciou o mundo com seu talento e simplesmente se tornou o rei dos gramados?

Em comum é que, aqui ou acolá, alguém ousou sonhar o impossível. Lá ou aqui, seja na Europa centro do universo de outrora, ou na minha modesta Cajari, é preciso ter sonhos, ser perseverante e acreditar para não sucumbir.

Nessa jornada, do impossível, existem as armadilhas. Vaidade, arrogância, prepotência, medo, desesperança. Mas há também virtudes daquelas que saboreiam o doce da vitória, os que ousam ir além.

Creio que há duas palavras que definem bem aquelas pessoas que se destacam pela capacidade de realizar: acreditar e perseverar. Exemplos recentes marcaram a vida política de muitos municípios brasileiros.

Teve até quem foi chamado de tartaruga, mas que ao final da corrida, venceu a “astuta e rápida lebre”, tal como a fábula de Esopo, recontada por La Fontaine. Talvez a tartaruga, por não saber que era impossível, foi lá e fez. Simples assim. E já que beliscamos a velocidade com essa prosa,

como não lembrar o saudoso Ayrton Senna? Seus feitos se eternizaram porque ele conseguiu transformar o impossível em “pó”.

Já as lebres, detentoras dos dogmas e verdade absolutas, que se avocam detentores e guardiões do saber, sucumbem ao raiar de cada dia. No jogo dos bichos, que nos ensinam lições para a vida, quem pensa ser peixe grande em dado momento, esquece-se que noutro pode não passar de uma indefesa sardinha, abandonada por seu cardume.

A vida não é só pensamento. Ela é como é, quiçá como na mais simples definição de Nelson Rodrigues. Teve padeiro e flanelinha que viraram juízes, guri de rua que virou jogador, operário que virou presidente. Tem quem nasceu em berço de ouro, mas afundou em meio às suas fragilidades ou ardendo na fogueira da vaidade. Tem de tudo nessa vida, inclusive o impossível.

Sim. O impossível existe, todos os dias! Mas somente para aqueles que permitem. Tudo é uma questão de acreditar. Por outro lado, há aqueles que simplesmente ignoram tal vocabulo.

Realizar feitos e alcançar posições que outrora pareciam inimagináveis depende apenas de uma questão: foco. Traçar um plano entre o ponto inicial e aquele que se quer chegar.

O impossível só está até onde você ainda não foi, até onde alcança a sua limitação. O resto é realização.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua

acarloslua@folha.com.br



Violência sistêmica contra a mulher

As relações desiguais de poder em que estiveram e ainda estão implicados homens e mulheres no Brasil fogem às marcas de gênero para situarem-se no plano da violação dos direitos fomentada pela injustiça cultural dos preconceitos, estereótipos e padrões discriminatórios que constroem a identidade de homens e mulheres, atribuindo-lhes diferentes papéis na vida social, política, econômica, cultural e familiar.

Os estereótipos presentes no Brasil impedem as mulheres de exercerem suas liberdades, fazer suas próprias escolhas, controlar os próprios corpos e as próprias vidas e de participar de decisões que definem o curso da sociedade, da mesma forma que os homens fazem.

A violenta desigualdade entre homens e mulheres nesse cenário injusto compromete a democracia e penaliza a sociedade em todos os níveis de desenvolvimento.

É a história se repetindo. Registros apontam que, por séculos, as mulheres foram equiparadas por ascetas ao pecado, sendo consideradas instrumentos do diabo para propagar o pecado mortal na Terra.

Vistas como “bruxas” muitas delas receberam o castigo mortal. No século XVII, foram queimadas mais de um milhão de mulheres acusadas de bruxaria.

Mutiladas na África com a supressão do clitóris; censuradas em países islâmicos onde são proibidas de exibir o rosto; subjugadas como escravas e prostitutas em regiões da Ásia; e deploradas como filha única por famílias chinesas, são as mulheres que carregam o maior peso da opressão e violência no mundo.

Desde a antiguidade clássica as mulheres são excluídas da cidadania, preenchendo uma categoria odiosa de cidadãs incompletas dentro de um conceito de cidadania restritiva.

Na antiga Grécia, as mulheres – juntamente com os metecos (estrangeiros) e os escravos – não se incluíam no raio de abrangência da cidadania.

Num país instável e de terreno movediço como o Brasil, que vem negando ainda muitos direitos às mulheres, a cidadania feminina não conseguiu ainda ser um parâmetro invariável da democracia, mostrando que esta ainda não foi plenamente conquistada.

Embora as mulheres estejam reagindo para mudar o atual cenário, buscando suas vozes e reunindo sua coragem contra aqueles que agem de maneira predatória contra o segmento feminino com velhas e novas práticas – visíveis e invisíveis –, a realidade desse segmento ainda está muito aquém do ideal normativo e do marco constitucional adotado pelo Estado.

Até mesmo quando as proteções e garantias legais se fazem presentes, os braços do Estado Brasileiro não são suficientemente longos para neutralizar as profundas tradições culturais que continuam oprimindo as mulheres.

Os papéis tradicionais de mulheres e homens no Brasil estão ainda tão entranhados que a implementação de leis que desafiam a subordinação “naturalizada” das mulheres tornou-se um desafio crítico no país.

Como fruto da sua luta, as mulheres vêm tendo grande visibilidade social, que se traduziu em importantes avanços. Porém, é importante ressaltar que mesmo com as conquistas alcançadas é necessária uma constante vigilância, uma vez que no Brasil um longo caminho ainda separa a lei da realidade.

Desigualdades de gênero, classe, raça e etnia ainda permeiam a sociedade brasileira, que precisa estar cada vez mais consciente dos mecanismos legais e das políticas disponíveis para a efetivação dos direitos das mulheres, que precisam fortalecer sua agenda política e as mobilizações reivindicatórias.

Enquanto o Brasil não aprimorar suas políticas sociais, os obstáculos que inviabilizam o pleno exercício da cidadania das mulheres continuarão criando impasses de difícil superação.

Pertencer à espécie humana deveria ser o único critério para a titularidade de direitos humanos. No Brasil, entretanto, não existe uma justaposição entre ser humano do ponto de vista biológico e ser sujeito de direitos.

O critério de sexo no país vem demarcando a ‘menos valia’ das mulheres traçando, assim, um caminho de menor titularidade.

A escassa participação da mulher brasileira em esferas do poder político vem ecoar a ausência secular dos espaços de decisão na vida política e civil em condições de igualdade com os homens.

No Brasil, os conceitos normativos relacionados a gênero não se modificaram. Mesmo assim, as mulheres têm exercido papel relevante na ampliação dos seus direitos, com a consciência de que o avanço da participação feminina nas esferas da vida social e política são meio de construir uma democracia mais justa, mais fraterna, mais humana.

Reivindicação

Cada vez mais surgem pautas de reivindicações de mulheres para garantir o efetivo combate à violência de gênero e à igualdade em representatividade política, no mercado de trabalho e no tratamento social. O avanço dessas demandas tornou possível a realização de tratados para levar nosso país a alcançar um padrão mínimo de direitos das mulheres.

Indignação

Apesar disso, há ainda muita coisa a resolver quanto à essa questão no Brasil, que é o quinto país que mais mata mulheres no mundo. A indignação temporária e legislações passageiras não são suficientes para a eliminação da violência de gênero. O correto é buscar uma solução apropriada para assegurar a aplicação das sanções pertinentes pelos crimes baseados no gênero.

Violência

Continuar virando as costas para o que acontece com as

mulheres não é a resposta diante da grande escala de violência e da devastadora violação de direitos do segmento feminino. Cerca de 90% da população tem algum tipo de preconceito contra mulheres, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Ainda carecemos muito de debate aprofundado sobre os preconceitos, as discriminações e a violência contra a mulher. A realidade é bem maior e dolorida do que imaginamos.

Memória

A Dia Internacional da Mulher traz à nossa memória as mulheres que sangram com a violência de gênero e com o olhar racista dos livros didáticos que não reconhecem o seu papel na história. Os livros do passado e do presente seguem utilizando uma linguagem masculina, ocidental e branca. Os debates sobre a violência de gênero ocupam um lugar marginal nos livros, sendo um fator para aniquilar direitos.

**OAB É NOTÍCIA****ALVARÁS JUDICIAIS**

Considerando a suspensão do trabalho presencial decretada na portaria GP-195/2021 do TJMA, a OAB Maranhão encaminhou ofício e contactou o Corregedor Geral de Justiça, Des. Paulo Sérgio Velten Pereira, para solicitar que fosse determinado aos juízes estaduais que dessem prioridade a expedição dos alvarás judiciais, bem como o levantamento de importância em dinheiro ou valores, o pagamento de precatórios e requisições de Pequeno Valor – RPVs para a advocacia, tendo em vista a natureza alimentar dos honorários advocatícios. Após solicitação da Seccional, o Corregedor Geral de Justiça expediu o OFC-GCGJ - 2632021, atendendo o pedido da Ordem, nos termos do disposto no artigo 4º, VI, da Resolução CNJ nº 313/2020.

ATENDIMENTO REMOTO

Após intervenção da OAB Maranhão, o TJMA manterá o atendimento remoto para a advocacia, inclusive com manutenção de audiências e sessões de julgamento. Ao tomar conhecimento da suspensão do trabalho presencial em todas as repartições públicas, sugerida pelo Governo do Estado, a Seccional Maranhense requereu que, na hipótese de ser suspenso o atendimento presencial no âmbito do Poder Judiciário, fossem mantidos em pleno funcionamento os trabalhos remotos para a advocacia do horário de 08 às 18h e, também, que fosse assegurada a manutenção das audiências e das sessões do tribunal e das turmas recursais por videoconferência. A medida foi deferida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, constando expressamente na Portaria-GP 191 do TJMA.



OAB É NOTÍCIA



ALVARÁS JUDICIAIS

Considerando a suspensão do trabalho presencial decretada na portaria GP-195/2021 do TJMA, a OAB Maranhão encaminhou ofício e contactou o Corregedor Geral de Justiça, Des. Paulo Sérgio Velten Pereira, para solicitar que fosse determinado aos juízes estaduais que dessem prioridade a expedição dos alvarás judiciais, bem como o levantamento de importância em dinheiro ou valores, o pagamento de precatórios e requisições de Pequeno Valor – RPVs para a advocacia, tendo em vista a natureza alimentar dos honorários advocatícios. Após solicitação da Seccional, o Corregedor Geral de Justiça expediu o OFC-GCGJ - 2632021, atendendo o pedido da Ordem, nos termos do disposto no artigo 4º, VI, da Resolução CNJ nº 313/2020.

ATENDIMENTO REMOTO

Após intervenção da OAB Maranhão, o TJMA manterá o atendimento remoto para a advocacia, inclusive com manutenção de audiências e sessões de julgamento. Ao tomar conhecimento da suspensão do trabalho presencial em todas as repartições públicas, sugerida pelo Governo do Estado, a Seccional Maranhense requereu que, na hipótese de ser suspenso o atendimento presencial no âmbito do Poder Judiciário, fossem mantidos em pleno funcionamento os trabalhos remotos para a advocacia do horário de 08 às 18h e, também, que fosse assegurada a manutenção das audiências e das sessões do tribunal e das turmas recursais por videoconferência. A medida foi deferida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, constando expressamente na Portaria-GP 191 do TJMA.

Casal de faccionados é preso por tráfico de drogas em Grajaú

A Polícia Civil, com apoio da Polícia Militar e Guarda Municipal, na cidade de Grajaú, prendeu um casal pelos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo. Ambos são suspeitos de integrarem uma facção criminosa com atuação na região.

De acordo com a polícia, a captura ocorreu nessa sexta-feira (5) durante cumprimento de mandado de busca e apreensão, expedido pela 2ª Vara da Comarca de Grajaú. Os dois, conforme as investigações, residiam no Bairro Extrema há alguns meses, onde estavam comercializando drogas, expulsando rivais membros de outra organização e, ainda, provocando terror na população da área.

Além disso, a Polícia Civil informou que o casal convocava adolescentes para cometer crimes e fazer pichações da sigla da facção nas proximidades da casa em que moravam.

No imóvel, foi localizada quantidade de droga semelhante a crack, mais papelotes da mesma substância, maconha prensada, uma balança de precisão, uma arma de fogo, munições e um colete balístico.

A dupla, que não teve o nome divulgado, foi autuada em flagrante. Após os procedimentos de praxe, foram levados ao presídio, onde permanecerão à disposição da Justiça.

(AR)

Foragido da Justiça é capturado em bairro de São José de Ribamar

Na quinta-feira (4), um homem de 19 anos, conhecido como “Esmigo”, foi capturado Rua do Capão, no bairro do Olho d’Água, na cidade de São José de Ribamar. Ele estava foragido do sistema penitenciário desde dezembro do ano passado. Segundo informações da Polícia Civil, “Esmigo” seria integrante

da facção criminosa Primeiro Comando do Maranhão (PCM). Além disso, é investigado por crimes de homicídios e assaltos a mão armada nesta cidade. A prisão foi feita por policiais da Delegacia Especial de São José de Ribamar com apoio da Guarda Municipal. (AR)



“Esmigo” estava foragido do sistema prisional desde dezembro de 2020